

1 Introdução

Não há mais, nunca houve, um *scholar* capaz de falar de tudo dirigindo-se a qualquer um, e principalmente aos fantasmas. Nunca houve um *scholar* que tivesse verdadeiramente, enquanto tal, lidado com fantasma. Um *scholar* tradicional não acredita em fantasmas – nem em tudo a que se poderia chamar o espaço virtual da espectralidade.

Jacques Derrida, *Espectros de Marx*

A primeira página de *Cem Anos de Solidão* traz a impressão que um certo coronel sente sob a ameaça iminente da morte diante de um pelotão de fuzilamento. O jovem coronel Aureliano Buendía lembra “aquela tarde remota em que seu pai o levou para conhecer o gelo”. Mas é somente no decorrer da história que descobrimos que a morte do coronel não se dá nas circunstâncias que a abertura do livro sugeriu. Este acontecimento anunciado será apenas um dentre os tantos outros descaminhos da trajetória da família Buendía (Bom dia). Uma temporalidade de difícil previsão e de eventos miraculosos constitui a narrativa desta família de descendentes espanhóis que habitam a região caribenha em uma cidade chamada Macondo. A fim de evitar o nascimento de uma criança com rabo de porco, todas as sete gerações dos Buendía se perseguirão “pelos labirintos mais intrincados do sangue, até engendrar o animal mitológico que haveria de pôr fim à estirpe” (CADS, p.364). O romance de Gabriel García Márquez demonstra o quanto de chance as (im)possibilidades têm de acontecerem em qualquer momento.

Esta dissertação tem por proposta articular uma espaçotemporalidade *fora dos eixos* (“out of joint”) que perpassa a narrativa literária de *Cem Anos de Solidão* com as narrativas políticas contemporâneas, mormente as do internacional moderno. Estou ciente de que este empreendimento se dá a partir de uma disciplina que apesar de recente já é consideravelmente dotada de objetos,

metodologias e referências bastante consolidadas. Por esta razão, este trabalho, cuja ambição crítica o persegue, é tensionado a falar, de um lado, sobre este fenômeno que é o “internacional” e, do outro, do ponto de vista de quem o experimenta sem necessariamente nomeá-lo.

O início desta dissertação remete *Cem Anos de Solidão* ao enquadramento epistemológico de um campo de estudo que tem no domínio estritamente literário do *Realismo Mágico* o seu objeto de estudo. Enquanto produção literária oriunda de autores eminentemente latino-americanos, esse campo de discussão (gênero literário) se aprofundou em debates que extrapolaram as fronteiras continentais, levando alguns especialistas a declararem o *Realismo Mágico* como o gênero literário internacional por excelência (Zamora e Faris, 1995; Bhabha, 1990). Não se restringindo ao campo literário, a discussão desta literatura em ambientes interdisciplinares ganhou contornos políticos, estéticos e psíquicos, os mais variados, permitindo a problematização desta produção e o próprio questionamento desta literatura mágico-realista, como pode ser verificado em qualquer antologia sobre o assunto (Warnes, 2009).

Para os propósitos iniciais desta dissertação reconheceu-se, porém, que problematizar o *Realismo Mágico* em si enquanto gênero literário global implicaria não somente na perda de elementos próprios e singulares de cada obra como também a incapacidade de abranger tamanha literatura devido aos limites impostos estruturalmente pelas características de uma dissertação de mestrado. Por conseguinte, o objetivo deste trabalho será iluminar algumas questões concernentes ao internacional moderno (como expressão e efeito da modernidade) a partir de *Cem Anos de Solidão*. Conseqüentemente, almeja-se questionar o enquadramento epistemológico do *Realismo Mágico* enquanto dependente (ou influenciada) por uma ontologia do internacional – a divisão comunitária, política e cultural em territórios restritos – que insiste na espacialização temporal dos acontecimentos. É neste sentido que a literatura sobre a pós-colonialidade se insere como uma grande aliada.

Cem Anos de Solidão se elegeu praticamente sozinho. Diante de meu interesse prévio pelo pós-colonialismo, o Realismo Mágico de Gabriel García Márquez se abriu para o interesse desta pesquisa como o livro que deu um rosto para o *Realismo Mágico* latino-americano, muito embora e paradoxalmente, esta obra viesse a contestar este mesmo *Realismo Mágico*. Esta característica peculiar

foi um dos motivos que possibilitou a escolha de *Cem Anos de Solidão* como objeto e expressão de uma discussão muito maior que envolveria a espaçotemporalidade da situação pós-colonial.

A abordagem pós-colonial de alguns autores como Ashis Nandy, Dipesh Chakrabarty, Gayatri Spivak, Hommi K. Bhabha servirão como auxílio para questionar as circunstâncias que são quase ou nunca discutidas por autores Ocidentais. O termo “pós-colonialidade” deve ser considerado aqui menos como a noção de superação do colonialismo do que um atributo necessário para lidar com os problemas e heranças legadas pelo imperialismo colonial. Estes autores articulam sua argumentação em torno do modo de apreensão pós-colonial que tem na noção de alteridade o seu maior problema: a diferença histórica, cultural e racial. Embora trabalhem com um manancial predominantemente indiano, não creio que sua contribuição esteja limitada aos problemas da região sul-asiática¹ quando o que está em jogo é o questionamento das próprias fronteiras de lugar e tempo que a modernidade e o projeto imperialista colonial têm produzido. Com tudo isto, pretende-se produzir uma contribuição para a prática teórica das Relações Internacionais ao questionar internamente o seu paradigma modernizante e cuja visão eurocêntrica modela o mundo (Guzzini, 1998).

Inserir o *Realismo Mágico* numa discussão sobre a constituição do internacional não seria muito difícil, mesmo quando se trata de um envolvimento pouco usual por parte da disciplina de Relações Internacionais. Mesmo assim é sabido que questões de estética, literatura ou mídia têm possuído relevante abertura nos temas internacionais, deslocando qualitativamente as temáticas tradicionais do poder, segurança ou economia política da disciplina (Shapiro e Der Derian, 1989). O vínculo do Realismo Mágico com o “internacional” pode acontecer quando o eixo da *cultura* é colocado em perspectiva (Bartelson, 1995a; Bhabha, 2010). Culturas nacionais e internacionais, locais e globais se imiscuem em objetos de problematização. Neste quesito, os essencialismos, holismos e

¹ A escolha pela perspectiva pós-colonial destes autores não pretende exaurir a discussão maior dos problemas da colonialidade (imperial ou neoimperial). Outras perspectivas teóricas que envolvam a colonialidade e/ou imperialismo não serão abordadas neste trabalho. Assim, abordagens de cunho marxista-leninista (teoria da dependência, p.ex.) ou que giram em torno do problema gramsciano da hegemonia não serão elencadas diretamente. Por outro lado, a contribuição de Karl Marx será relevante por razões que ainda serão expostas.

orientalismos emergem como um problema para o internacional enquanto configuração global de comunidades políticas pretensamente coesas. É assim que Paul Sheeran (2007) identifica no questionamento literário não-ocidental o potencial de práticas de resistência a uma estreita e divulgada concepção de política. Sobre *Cem Anos de Solidão*, o autor afirma o potencial subversivo que o seu conteúdo pode imprimir a uma limitada concepção de segurança. A sensibilidade à permanente insegurança vivenciada pelas gerações dos Buendía leva em conta a cultura oral, de imagens e de escrita híbrida.

In considering the various processors that flow into the universalizing, hybrid cultural space of globalization, cross cultural fertilization is the norm not the exception. Literary bridges between cultures generate insight and comment on multicultural relations. It is the global space that is filled with words and oral traditions, which has been formulating since humans began using images and words to communicate. (Sheeran, 2007, p.137)

A noção de que a literatura pode fazer uma ponte entre culturas é também compartilhada por Ashis Nandy (2007), para quem a internacionalização do *Realismo Mágico* serviu para retirar os artistas dos meios sociais especializados e entregá-los ao grande público. Embora uma provável exaltação do multiculturalismo pareça estar sendo encenada com o potencial de comunicação entre mundos distintos, ninguém pode se eximir da fatídica constatação de que há mundos incomensuráveis. Nem todos os que afirmam os potenciais da comunicação são ingênuos a ponto de declararem a ascensão de um maravilhoso novo mundo. O fato é que a ascensão do gênero, após o sucesso do “boom” das décadas de 1960 e 1970 levou o *Realismo Mágico* a patamares de escala global, levando Hommi K. Bhabha (1990) a dizer que esta era a literatura do mundo pós-colonial. Assim, se antes o *Realismo Mágico* podia ser visto como uma literatura de auto-afirmação e de busca pela autonomia em relação aos paradigmas metropolitanos - a “territorialização do imaginário”, segundo Amaryl Chanady (1995) – será na década de 1980 que o gênero adquirirá um caráter internacional e globalizado.

A pergunta de por que esta literatura se proliferou pode ser feita. Contudo, eu tenderia a descartá-la dos meus propósitos, tendo em vista tratar-se de uma pergunta causal que envolveria necessariamente um conhecimento que está aquém das capacidades desta dissertação. Ao invés, o modo como o *Realismo Mágico* se

desenvolveu poderia, pelo menos, ser ensaiado, a partir de algumas hipóteses que dizem respeito tanto ao tema da modernidade quanto das circunstâncias pós-coloniais deste avanço moderno e o que ele legou a uma inúmera quantidade de homens e mulheres. É com o fim de responder a estas perguntas que o recurso a abordagem pós-colonial é privilegiado aqui como um avanço no sentido de problematizar a posição minoritária ou subalterna em torno da significação cultural e das formas adequadas de representar as suas lutas e negociações. Afirmar isto não significa dicotomizar vencedores e vencidos, colonizadores e colonizados. O que se propõe é perceber, como sugerem Appiah (1991) e Nandy (1983), a cumplicidade existente entre colonizadores e colonizados, mesmo que sob práticas neocoloniais. Como esta dissertação pretenderá demonstrar, *Cem Anos de Solidão* produz e é efeito do que prefiro chamar de modernidade pós-colonial. Habitar a modernidade pós-colonial não significa o espaçamento correlativo do espaço nacional e da ontologia do inter-nacional como multicultural. Dar privilégio à subalternidade ou às vozes de saberes e práticas desprovidas de autoridade ou validade científica significa reconhecer tanto o legado imperial (territorial) quanto as narrativas de emancipação anti-colonial que se deu através da construção do Estado-nação. As experiências de modernidade não se resumem ao discurso do tipo primeiro no centro depois em outros lugares. A complexidade que envolve as histórias de experiência da modernidade requer, por isto, que se pergunte quem é o “oprimido”, seja o sujeito (pós-)colonial, de cor, classe e sexo, ou do Terceiro Mundo. O discurso que identifica o sujeito subalterno em algum ponto fora da história e que o representa em uma identidade que deve ser resguardada ou incluída implica, ao contrário, em deixá-lo cada vez mais nas sombras. (Spivak, 1988)

Procurar quem habita a modernidade pós-colonial não significa a simultaneidade de uma temporalidade de coexistência. A temporalidade híbrida tem por isto de interpelar aquelas narrativas do Terceiro Mundo que são derivadas dos temas dominantes do historicismo e da transição: o desenvolvimento, a modernização, a universalização do capitalismo. Mais importante ainda é procurar reconhecer que a “Europa” que foi construída pelo “imperialismo moderno” ou pelo(s) nacionalismo(s) (terceiromundista(s)) não é obra exclusiva dos europeus ou de uma elite mundial. As abstrações de igualdade e liberdade que ela inventou estão incrustadas no desejo e ambição dos projetos modernizadores daqueles

outros espaços adjuntos aos da “Europa hiperreal” que Chakrabarty (2000) pretende provincializar. Habitar a modernidade pós-colonial é viver em circunstâncias em que a promessa da modernidade e sua normatividade pode ser transfigurada numa diferenciação espaço/temporal na qual centros e periferias se fragmentam e onde intervenções são sempre possíveis.

A autobiografia de Gabriel García Márquez (2003) o que o motivou na concepção de *Cem Anos de Solidão*. É um desejo que pode ser encarado como anseio de transformar a sua vivência pessoal, familiar ou coletiva. Porém, alego aqui que ela se desenvolve melhor – e com grande potência - sob o desejo maior da justiça: “o modelo de uma epopéia como a que eu sonhava não podia ser outro que o da minha própria família, que nunca foi protagonista e nem mesmo vítima de coisa alguma específica, e sim testemunha inútil e vítima de tudo” (Márquez, 2003, p.257). O caráter solitário da vivência dos seus personagens evoca a condição de vítima e de testemunho obliterado que clama por uma justiça que não é apenas do direito liberal.

O problema da justiça não é senão a orientação a que se apóia a política. Este atributo vai além dos ditames normativos de um direito. É em torno de uma ambição muito mais profunda que o sentimento de justiça move tanto *Cem Anos de Solidão* quanto a de um suposto projeto pós-colonial: tornar provinciano o pensamento europeu significa reconhecer a simultânea indispensabilidade e insuficiência das teorias e práticas européias. Este é o seu **legado**. Da mesma forma que os espectros de uma Nova Internacional são evocados por Derrida (1994) em *Espectros de Marx*, certa esperança que é tanto passada quanto futura – um futuro anterior - pode se apresentar de diversas formas, ainda que simultaneamente visível e invisível (imprevisível?). É meu principal argumento que esta espécie de *espectrologia* (“hauntology”) movimenta o anseio por justiça em *Cem Anos de Solidão* e, por conseguinte, talvez também do *Realismo Mágico*. Em oposição à **solidão** o que os fantasmas buscam é a solidariedade.

O que se designa aqui, sob o nome de Nova Internacional, é o que faz voltar à amizade de uma aliança sem instituição entre estes que, mesmo se não acreditam mais, ou nunca acreditaram, na internacional socialista-marxista, na ditadura do proletariado, no papel messiano-escatológico da união universal dos proletários de todos os países, continuam a inspirar-se em um, pelo menos, dos espíritos de Marx ou do marxismo (eles sabem agora que há mais de um) para aliar-se, de um novo modo, concreto, real, mesmo que esta aliança não venha mais a tomar a forma do

partido ou da Internacional operária, mas a de uma espécie de contra-conjuração, na crítica (teórica e prática) do estado de direito internacional, dos conceitos de Estado e de nação etc.: para renovar esta crítica e, sobretudo, para radicalizá-la. (Derrida, 1994, p.117-118)

Ao longo desta dissertação argumentarei que a dificuldade em traduzir as memórias de Gabriel García Márquez de forma adequada – o problema da incomensurabilidade – também depende de uma ordenação do tempo e espaço que a modernidade construiu como um mecanismo que define aprioristicamente o quê e onde deve acontecer o exercício da política: o sujeito, Estado e sistema internacional modernos (Walker, 2010). Esta tarefa envolve a ação que Walter Benjamin anunciara em outro lugar e tempo como o dever do materialista histórico, “escovar a história a contrapelo”. Esta é a tarefa e o **tempo** que *Cem Anos de Solidão* se incumbe como agenciamento de subjetividades fronteiriças e ainda não reconhecidas. É em torno de uma **poética da solidão** que esta dissertação procura construir seu argumento.

É a partir de uma política da representação que se pretende verificar sob que jogo encontra-se o signo de *Cem Anos de Solidão*. O que re-presenta este romance? O que ele herda e o que pretende passar adiante?

Inicialmente deve ser referenciado que não é o propósito desta pesquisa tomar como objeto empírico o conteúdo (referente) da obra, mas inquiri-la na sua estruturação simbólica, onde um jogo sígnico de textualidade é permitido se constituir. Por signo entende-se aquilo que está no lugar de um referente (traço), que pode ser um objeto concreto ou um significado. O signo nunca é o próprio objeto (referente ou conteúdo significado). Tem-se somente a impressão de que se possa encontrar no signo a presença do referente ou do significado. É isto o que Derrida chamará de “metafísica da presença”. É que apesar de o referente e o significado não estarem presentes no signo, a linguagem leva a crer justamente o contrário. Esta ilusão (metafórica) é necessária para que o signo funcione como

tal, para que exerça a sua função de “estar no lugar de alguma coisa”². Deve-se compreender, portanto, que a natureza relacional do signo será a de ser sempre sinal de alguma coisa.

De acordo com a concepção semiótica que este trabalho toma emprestado de Bhabha (2010), uma distinção entre símbolo e signo devem ser feita. Para permitir a comunicação, o signo como *campo intersubjetivo*, deve ter seu entendimento compartilhado (estruturado) de forma a conferir sentido aos comunicadores. O símbolo (subjetividade) é aquilo que apenas singularmente pode emergir intervindo na significação do signo e reestruturando-o.³ É esta dinâmica que se pretende compreender com o hibridismo (Bhabha, 2010) e que *Cem Anos de Solidão* participa no momento do que se pode chamar de modernidade pós-colonial.⁴ A literatura mágico-realista é expressão deste momento.

Tentar-se-á compreender esta expressão (ou sintoma) através de um instrumental teórico-metodológico que se pronuncia além de duas abordagens críticas literárias convencionais: 1) Aquela que defende a especificidade do literato (o autor) como um sujeito autônomo, ideologicamente inocente com relação aos discursos que representam a realidade. Essa abordagem baseia-se na noção de distinção entre sujeito e objeto, representação e realidade. 2) E a outra abordagem, que pretende analisar a obra e seu conteúdo como estando inseridos dentro do movimento maior da História, sujeita a conflitos e contradições como numa luta entre classes. Esta abordagem percebe as contradições existentes fora do texto (referente) como passíveis de análise através da mediação do texto.

² Uma outra definição de signo ou sinal é a de que “algo está por algo e para alguém”, o que estabelece o sinal como algo formal, em que tudo, não importa o quê, está por uma outra coisa. Será sinal ou signo tudo aquilo pelo qual alguém se dá conta de uma outra coisa.

³ O formalismo gramatical impõe regras e normas que facilitam a compreensão. Entretanto, é também por isto que novas concepções e novos conteúdos são impossibilitados de terem uma adequada expressão. Veja-se, por exemplo, a construção da língua inglesa que principia suas sentenças com um sujeito estabelecido de antemão (eu, tu, ela, ele(s)) em direção a um objeto que pratica ou recebe a ação. Ao nos submetemos aos ditames da estrutura gramatical deixamos de capacitar outras formas de expressão do que sentimos.

⁴ A condição da modernidade pós-colonial será aquilo que Bhabha (2010) chama de Terceiro Espaço (a cisão temporal; o “entre-lugar”; o interstício), que Chakrabarty (2000) propõe como “nós temporais” ou ainda o “tempo fora dos eixos” de Derrida (1994).

Assim, a representação textual valeria como instrumento mediador que permitiria ler os “silêncios” do texto em contraste com o pano de fundo da História.

O problema dessas abordagens é que: para a primeira, 1) de cunho mais “realista”, o referente é percebido como um dado pré-concebido, como se o autor centrado e unitário (transcendental) fosse capaz de suspender a dimensão histórica e sócio-cultural enfatizando seus valores como naturais e neutros. Com a segunda, 2) digamos “ideológica”, é o fato de não levar em conta o próprio sujeito que interpreta a história - o intelectual que está também implicado no seu próprio discurso (acadêmico?) – capaz de apreender os “silêncios” ou “distorções” históricas como se estivesse fora da ideologia mesma.

Pretende-se reconhecer a autoria e a intelectualidade (da instituição acadêmica) como emaranhadas em um processo de produção discursivo que não está isento do lugar de onde se fala (ou escreve), de um contexto sócio-econômico, (geo)político, de classe ou gênero. A *enunciação* funciona como o lócus que proporciona a experiência própria do acontecimento e que confere sentido tanto ao autor quanto aquele que interpreta o *enunciado* (emissão) de uma mensagem.

Desta forma, pretende-se reconhecer que a circularidade da obra e o seu deslocamento de signo funcionam à maneira dos propósitos de “politização da estética” que Walter Benjamin (1994[1935/36]) concebeu para a era da reprodutibilidade técnica. A retirada da aura que o ritual tradicional a envolvia faz com que qualquer interpretação autêntica da obra de arte se perca e passe a ser reproduzida em escala internacional através da técnica.⁵ Livro e escritura são concebidas também como técnica e tecnologia (Derrida, 1973) de produção da realidade. No espaço que se abre entre autor e leitor uma temporalidade desconexa (“out of joint”) permite interrogar aquela imagem de autenticidade que só pode ser aceita a partir da arbitrariedade e da negação do reconhecimento da diferença que o discurso colonizador e de supremacia distribui de forma estereotipada para a consecução de implementação das suas instituições.

⁵ O internacional para Benjamin é significado como o potencial de advento do comunismo, numa esperança de superação dos particularismos nacionalistas.

A apresentação dos capítulos divide-se em dois momentos. A primeira parte, de cunho mais teórico, e a segunda parte, dedicada a discussão de *Cem Anos de Solidão*. Os dois primeiros capítulos iluminam algumas questões com relação às situações de uma modernidade pós-colonial. Os dois últimos capítulos problematizam o lugar da enunciação de Gabriel García Márquez e como a poética da solidão pode interpelar a ontologia do internacional.

Primeira Parte: O **segundo capítulo** pretende lidar com o problema do historicismo, na medida em que este é o principal alvo de uma intelectualidade dita pós-estrutural ou pós-colonial. Defino o problema da consciência histórica como um pensamento que tem raízes no final do século XVIII e XIX e que ascende globalmente através de instituições como o estado, pedagogias normalizadoras, governamentais e de crenças narcísicas. Na esteira deste problema histórico, lanço mão do debate entre Foucault e Derrida em torno da des-razão e as consequências desta operação para a subalternidade. Ancorados em um compromisso ético, este debate permite iluminar o problema do acontecimento histórico. A crítica de Spivak ao Sujeito-cognoscente europeu servirá como um alerta para as teorias que concebem o intelectual como transparente ao falar das realidades do Terceiro Mundo. Mais do que acesso à subjetividade do sujeito historicamente ocluído, o que se indaga primordialmente é a posição privilegiada de um Sujeito soberano produtor de conhecimento e sua influência na periferia. Em seguida, apresento os dois aportes teóricos que sustentam este trabalho, a concepção temporal de Hommi K. Bhabha e Dipesh Chakrabarty. Enquanto autores comumente associados a um pós-colonialismo, há o argumento subjacente de que a contigüidade do pensamento não se faz de modo exclusivamente autônomo, uma vez que o ponto de partida destes autores remete-os a uma perspectiva pós-estrutural, no caso de Bhabha, e do pensamento marxista, na abordagem de Chakrabarty.

No **terceiro capítulo** apresento uma breve introdução à literatura do *Realismo Mágico*, seus problemas e limites. Procuro articular esta produção literária com uma problematização maior em torno dos paradoxos da modernidade. Para lidar com este tema, as figuras icônicas de Karl Marx e Michel Foucault surgem juntas para exarcebar a relação de disparidade ou antagonismo

que comumente cerca estes dois autores. Tanto por diferenças histórico-contextuais quanto pelos objetivos, argumento que ambos se confrontam com uma experiência de modernidade que acaba por torná-los co-partícipes desta estrutura diferencial maior. O anseio por saírem da modernidade os fazem depender dela mesma. No final deste capítulo, construo a hipótese deste trabalho, a de que é possível habitar o mesmo plano com seres extraordinários, matérias encantadas e deuses. Isto é, ter acesso a outros mundos uma vez que os seus fragmentos, de objetos e sujeitos, passados ou futuros, estão constantemente à nossa volta.

Segunda parte: Dois capítulos dividem a discussão da principal obra de Gabriel García Márquez. O primeiro visa à enunciação pós-colonial. O **quarto capítulo** pretende oferecer uma perspectiva do lugar estrategicamente deslocado que constitui a modernidade de onde fala Gabriel García Márquez. Argumento com e para além de Walter Benjamin que a partir da pretensão universal e moderna da literatura - a forma do romance europeu - Gabriel García Márquez opera um deslocamento no discurso da modernidade. Por outro lado, como será facilmente percebido, este “signo” moderno está irremediavelmente envolto nas malhas de redes identificatórias produzidas pelo poder. *Cem Anos de Solidão* é inevitavelmente classificado e construído como expressão da história da Colômbia ou da identidade latino-americana, como a história de uma família ou individualidade de uma pólis. Porém, nas margens das narrativas oficiais encontra-se outros modos de existir. Fragmentos marginalizados retornam transfiguradamente para assombrar o centro.

O **quinto capítulo** se detém na circularidade que a economia literária do *Realismo Mágico* produziu. Ao contrário da pretensão de alguns autores em exaltá-la por permitir a erosão de fronteiras, argumento que a linha que divide a mágica da realidade pode apenas ser deslocada. A posição soberana do S/sujeito-cognoscente é interpelada através das lutas e da perplexidade de todos aqueles quem vivem em meio ao fluxo do incompreensível, do incomensurável e do alheamento que a modernidade pós-colonial produz. Sugiro que é a partir de um questionamento do “nós” da modernidade que outras subjetividades podem se tornar visíveis. Em meio às redes estruturais, que autonomia nos resta? Argumento que os espaços pré-concebidos para o exercício da política – sujeito, estado e sistema internacional – são inevitavelmente tornados estranhos a si mesmos

porque o tempo e espaço não são indefinidamente lineares ou planos. Eles estão sujeitos a tropeços e ao estranhamento de si mesmos por razões que escapam ao poder de conhecimento e ação do homem.